



ANEXO 1: Justificativas

Finalidade:

Este anexo tem por finalidade incluir exigências e particularidades em função da especificidade da obra ou serviço de engenharia, previstas no Termo de Referência e que passam a integrar o TR.

Da necessidade da contratação:

A elaboração deste TR visa subsidiar a abertura de processo licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico (Sistema de Registro de Preços – Maior desconto por item), visando à contratação de empresa para execução dos serviços de instalação de reservatório de acumulação de água, inclusive fornecimento e transporte, visando o abastecimento de comunidades rurais difusas, nos estados de Goiás e Minas Gerais, área de atuação da Codevasf.

O acesso à água é um direito fundamental que é inerente à dignidade humana e à qualidade de vida. Garantir o acesso equitativo à água não apenas assegura condições básicas de higiene e nutrição, mas também fortalece a resiliência das populações diante de desafios ambientais e socioeconômicos. Reconhecer o acesso à água como um direito universal é um compromisso com a promoção da justiça social e a construção de sociedades mais sustentáveis e inclusivas. Tal direito deve ser assegurado por políticas públicas e a Codevasf têm atuado ao longo dos anos levando água e desenvolvimento regional para diversas partes do Brasil.

No estado de Goiás, com o aumento do desenvolvimento econômico e do crescimento populacional, se intensifica a demanda por água, representando um risco iminente para a preservação da qualidade e quantidade dos recursos hídricos. Estudos indicam que cerca de 30% das bacias de captação para o abastecimento público enfrentam situações críticas em termos de disponibilidade hídrica.

Enquanto a zona urbana do estado é atendida por sistemas de abastecimento, a zona rural, dependente de poços e cisternas, enfrenta desafios adicionais. Destaca-se a dificuldade financeira das famílias de baixa renda para adquirir cisternas e realizar a perfuração de poços, ressaltando a necessidade de políticas públicas para garantir o acesso à água nessas comunidades

O estado enfrenta desafios significativos decorrentes de um período prolongado de seca. A escassez de chuvas tem impactado diretamente a disponibilidade hídrica em diversas regiões, afetando não apenas o abastecimento de água, mas também a agricultura, a pecuária e outros setores essenciais da economia local. A ausência de precipitações pluviométricas suficientes contribui para a diminuição dos níveis dos rios, represas e reservatórios, exacerbando ainda mais a pressão sobre os recursos hídricos. Esse cenário de seca prolongada não apenas representa um desafio imediato para as comunidades que dependem desses recursos, mas também destaca a importância de estratégias de gestão sustentável da água e a necessidade de medidas adaptativas para enfrentar as variações climáticas.

A escassez de água não emerge como uma preocupação apenas no estado de Goiás, o mesmo ocorre em Minas Gerais, principalmente no Norte de Minas e no Vale do Jequitinhonha, regiões que estão inseridas no semiárido brasileiro. Essa região enfrenta condições climáticas adversas, com chuvas irregulares e elevadas taxas de evaporação. Essa combinação de fatores climáticos contribui para a diminuição das reservas hídricas e agrava a vulnerabilidade das comunidades locais à falta de água.



Ministério da Integração do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Revitalização e Sustentabilidade Socioambiental

A zona rural do Norte de Minas, em particular, é afetada por essa escassez de maneira mais intensa. Muitas comunidades dependem de poços artesianos e outras fontes subterrâneas, cuja disponibilidade é sensível às variações na geologia local. Em alguns casos, a água proveniente desses poços pode se tornar insuficiente, desencadeando uma série de desafios para as atividades agrícolas, a criação de animais e até mesmo para as necessidades básicas de consumo humano.

Na região do médio do Jequitinhonha, algumas nascentes, córregos e ribeirões secos obrigam os moradores a recorrer à água proveniente dos caminhões-pipas das prefeituras. Em outros casos, quando as nascentes perdem considerável volume, as famílias são forçadas a adotarem rodízios para coletar água de minadouros; em determinadas situações, essa coleta ocorre apenas a cada três dias e se limita a parte do consumo doméstico, impossibilitando atividades cotidianas como banhos e lavagens diárias de roupas.

A atuação da CODEVASF nesses casos não apenas supre uma demanda fundamental, mas também contribui para a promoção do abastecimento de água em áreas prioritárias, refletindo um compromisso com o bem-estar das comunidades mais vulneráveis.

Dentre as alternativas para sanar o problema da falta de água, tem-se a coleta de água pluvial através das cisternas, que é uma das melhores opções em termos de custo-benefício e tem se mostrado bem aceita pela população que as utilizam. Além disso, as cisternas apresentam algumas vantagens como custo menor de implantação, manutenção barata e fornece uma água com qualidade boa, superior as outras tecnologias.

Por isso, a fim de levar desenvolvimento para as regiões e promover o abastecimento de água para as famílias residentes em comunidades rurais difusas dos estados de Goiás e Minas Gerais, torna-se necessário a contratação do objeto deste Termo de Referência.

Modalidade Licitatória:

Pregão Eletrônico. A CODEVASF por ser uma Empresa Estatal é regida pela Lei nº 13.303, de 30/6/2016, que regulamenta os procedimentos licitatórios e contratuais, que estabelece obrigatoriamente a “Forma Eletrônica” como modalidade licitatória (Parágrafo 2º do Art. 51). No caso do Pregão Eletrônico, este é regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002 e o Decreto nº 10.024/2019 e, subsidiariamente, dos dispositivos da Lei nº 13.303/2016 e suas alterações posteriores.

Procedimento Licitatório:

Sistema de Registro de Preços (SRP). O procedimento licitatório auxiliar de SRP é definido na Lei nº 10.520/2002 e o Decreto nº 10.024/2019 e, subsidiariamente, dos dispositivos da Lei nº 13.303/2016 e normas complementares.

Justifica-se o procedimento licitatório devido à conveniência administrativa e as características do serviço, que será realizado por demanda justificada do Estado ou Município, com execução parcial por produtos previamente especificados e quantificados por unidade de medida padrão (un), havendo necessidade de contratações frequentes.

Além disso, as fontes de recursos podem ser advindas não somente da LOA, assim como de parceria com outras entidades públicas e/ou emendas parlamentares, visto que o SRP possibilita a captação de novos recursos para efetividade do Programa, assim como atendimento de números distintos de fornecimento com base nos recursos existentes.



Ministério da Integração do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Revitalização e Sustentabilidade Socioambiental

Divulgação da Intenção de Registro de Preços (IRP):

Admitida. A divulgação da IRP é sempre preferencial, cabendo justificativa em caso de dispensa de divulgação, conforme Artigo 4º do Decreto 7.892/2013. Será admitida o número máximo de 10 participantes na IRP, conforme capacidade de gerenciamento da CODEVASF, de acordo com Inciso I do Parágrafo 3º do Decreto 7.892/2013.

Admissão de adesão dos órgãos não participantes:

Outros órgãos públicos poderão solicitar adesão à ATA de Registro de Preços, não configurando assim, prejuízos para os demais órgãos, pois a adesão a Ata de Registro de Preços promove a eficiência nas contratações públicas, por serem mais céleres, facilitando o planejamento da gestão, promovendo economicidade ao contratar pelo melhor preço e pouco custo.

Vantajosidade do agrupamento dos itens constantes do objeto da licitação em um Lote por Estado:

Em conformidade com as diretrizes e soluções adotadas no Projeto Básico, o agrupamento dos itens ou etapas se deve a fatos inerentes à própria execução da obra, sendo que se os mesmos fossem licitados separadamente, poderiam causar prejuízos à Administração Pública e obstáculos na execução do objeto. Apesar da existência de 3 (três) etapas, há apenas um tipo de serviço (Instalação, fornecimento e transporte de reservatórios de acumulação de água). As etapas agrupadas guardam compatibilidade entre si e consonância com a prática de mercado. Face ao exposto, se fossemos separar a licitação em lotes devido à cada etapa do serviço, poderíamos ter problemas relacionados à execução do objeto, visto que seria inviável, tanto economicamente quanto pelo tempo que se gastaria, para que mais de uma empresa executasse uma única instalação de cisterna.

Critério de Julgamento:

Maior desconto.

Modo de Disputa:

Aberto, com orçamento público. Será divulgado o valor orçado para servir como base, tendo em vista o critério de julgamento de menor preço.

Regime de execução:

Empreitada por Preços Unitários. O pagamento será por medições das unidades padrão (un) efetivamente executadas. Este regime de execução é o mais apropriado para o objeto da licitação, pois será pago somente os serviços efetivamente executados, mediante medições periódicas, dos preços unitários demandados pela CODEVASF e efetivamente executados pela CONTRATADA.

Permissão de Participação de Consórcios:

Será permitida a participação em consórcios com intuito de reforçar a capacidade técnica e financeira do Licitante, aumentar a competitividade, proporcionar maior disponibilidade de equipamento e pessoal especializado, possibilitando a participação de maior número de Empresas e obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

Permissão de Participação de Cooperativas:

Será permitida. Conforme art. 10, §2º da lei 12.690/2012: a Cooperativa de Trabalho não poderá ser impedida de participar de procedimentos de licitação pública que tenham por escopo os mesmos serviços, operações e atividades previstas em seu objeto social.



Ministério da Integração do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Revitalização e Sustentabilidade Socioambiental

Permissão de Subcontratação:

Será permitida. Será permitida a subcontratação para o serviço de transporte dos reservatórios de acumulação de água e de escavação.

Visita:

A visita aos locais de prestação dos serviços não será obrigatória, tendo em vista que os mesmos ainda serão definidos. No entanto, é de inteira responsabilidade da PROPONENTE, a busca de informações sobre as dificuldades inerentes ao objeto e dimensionamento dos dados necessários à apresentação da Proposta.

Declaração de compatibilidade com o Plano Plurianual:

Os serviços a serem contratados serão executados no prazo NÃO superior a um ano, conforme consta dos Termos de Referência e a previsão de recursos orçamentários é compatível, conforme previsto no Plano Plurianual.

Registra-se ainda que para o caso do Sistema de Registro de Preços, o Art. 7º do Decreto nº. 7.892, de 23/1/2013, não é necessário indicar a dotação orçamentária que somente será exigida para a formalização do Contrato.

“Art. 7º -

§ 2º - Na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil”.

Desapropriação:

Não aplicável. As obras serão executadas de forma contígua às residências dos beneficiários.

Garantia do Objeto:

A garantia do objeto deverá obedecer ao prazo definido no Art. 618 do Código Civil, Lei nº 10.406 de 10/1/2002. O empreiteiro responderá durante cinco anos, pela solidez e segurança do trabalho.

Garantia de Execução (caução):

É necessário para fins de emissão da Ordem de Serviço que a empresa contratada tenha apresentado a Garantia de Execução do Contrato.

Aprovação do Projeto Básico e Planilha de Custos do Orçamento de Referência:

Aprovado pela autoridade competente no processo nº 59500.003686/2023-05, com base em pareceres técnicos.

Qualificação Técnica:

Definida no Item 9 do Termo de Referência. As exigências técnicas são imprescindíveis para que a vencedora do certame em questão tenha total capacidade técnica de executar os serviços de engenharia com a segurança e a qualidade esperada para o empreendimento.

Licença Ambiental:

Não aplicável. A instalação de cisternas para captação de água da chuva em áreas residenciais geralmente tem um impacto ambiental mínimo. Esses sistemas são projetados para serem de pequena escala e têm a finalidade principal de promover a sustentabilidade e reduzir a demanda por recursos hídricos convencionais. Ainda, a instalação das cisternas ocorre de forma contígua às residências dos beneficiários.

Do serviço comum:



Ministério da Integração do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Revitalização e Sustentabilidade Socioambiental

Os serviços de instalação de reservatório de acumulação de água, inclusive fornecimento e transporte, visando o abastecimento de comunidades rurais difusas, nos estados de Goiás e Minas Gerais, área de atuação da Codevasf, podem ser caracterizados tecnicamente como serviços comuns. Trata-se de uma atividade que pode ser objetivamente definida conforme especificações usuais de mercado e que possui natureza padronizável.